

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.578.351 - RS (2019/0265624-1)

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : BOA VISTA SERVICOS S.A**  
**ADVOGADOS : CARLOS DAHLEM DA ROSA - RS021051**  
**ADRIANA SANTOS DE SOUZA E OUTRO(S) - RS082118B**  
**AGRAVADO : TATIELI DUTRA RODRIGUES**  
**ADVOGADOS : GIOVANI DA ROCHA FEIJÓ - RS075501**  
**ANDRÉIA DE SOUZA FEIJÓ E OUTRO(S) - RS106309**

### DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por BOA VISTA SERVICOS S.A, em face de decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal.

O apelo extremo desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – INSCRIÇÃO DO NOME EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO – DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 43, § 2.º, DO CDC – AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA – DANO MORAL CARACTERIZADO – QUANTUM INDENIZATÓRIO – FIXAÇÃO DENTRO DOS PATAMARES DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

A ausência de prévia comunicação ao consumidor da inscrição do seu nome em cadastros de proteção ao crédito, prevista no artigo 43, § 2º do CDC, enseja o direito à compensação por danos morais.

Para a fixação do quantum da indenização pelo dano moral causado, o julgador deve aproximar-se criteriosamente do necessário a compensar a vítima pelo abalo sofrido e do valor adequado ao desestímulo da conduta ilícita, circunstâncias observadas no caso concreto.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados na origem (fls. 152/158, e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 123-138, e-STJ), a insurgente apontou, além dissídio jurisprudencial, violação ao artigo 43, § 2º, do CDC e 373, II, do CPC/15. Sustentou, em síntese, que a documentação acostada aos autos atesta o envio da notificação prévia ao agravado, tendo a recorrente logrado êxito em comprovar fato extintivo do direito do autor.

Em razão do juízo negativo de admissibilidade na origem, adveio o presente agravo.

Contraminuta às fls. 239/241, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

**1.** No mérito, o Tribunal de origem estabeleceu que: (fl. 138, e-STJ).

Confira-se, a propósito, o seguinte excerto do acórdão recorrido:

Diante desse contexto, cumpre salientar que, em atenção às razões recursais, quanto à anotação desabonatória referente LOJAS RENNER, a

# Superior Tribunal de Justiça

parte requerida logrou êxito em demonstrar que enviou a notificação ao endereço fornecido pelo credor (fls. 34 e 44), uma vez que consta nos autos a prova do envio pelos Correios. Salienta-se, ainda, que, ao contrário do que sustenta o autor, a data da ocorrência se trata da data do vencimento da dívida, e não à data da efetiva exibição da inscrição desabonatória.

Todavia, em relação às inscrições restantes que constam como credores BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS, SENFFNET LTDA e BANCO IBI S.A BANCO MÚLTIPLO, tenho que os documentos acostados pela ré às fls. 35-45 e 59-63 (estes últimos se tratando, inclusive, de documentos já acostados anteriormente) não são capazes de comprovar a notificação prévia pelo órgão arquivista, em descumprimento ao dever legal disposto no art. 43, § 2º, do CDC, o que enseja o cancelamento das referidas anotações.

Isso porque os documentos acostados em questão não demonstram o efetivo envio das correspondências ao demandante, ônus que incumbia ao réu, a teor do disposto no inc. II do art. 373 do CPC, ocasionando, além do cancelamento do registro do seu banco de dados, a reparação por dano moral.

Destarte, cumpre referir que a inscrição reconhecida como regular (referente ao credor Lojas Renner) foi realizada em momento posterior às inscrições procedidas pelo BANCO IBI S.A, sendo cabível, assim, a indenização pelo dano extrapatrimonial pretendida.

No particular, a revisão das premissas fáticas firmadas pela Corte de origem, na forma como posta, demandaria revisão do acervo fático-probatório discutido na lide, providência descabida na estreita via do recurso especial, incidindo o óbice da Súmula 7 desta Corte. Neste sentido, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE NULIDADE DE ATO JURÍDICO POR FALTA DE NOTIFICAÇÃO C/C DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA POR FALTA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADOS. SÚMULA 283/STF. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS QUE JUSTIFIQUEM A ALTERAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO (AgInt no AREsp 1058801/MT, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 14/05/2018) [grifou-se]

Ademais, consoante a jurisprudência deste Tribunal, não é possível aferir a apontada violação ao artigo 373 do CPC/15, como pretende a recorrente, sem incursão no arcabouço fático probatório dos autos, o que não é cabível em sede de recurso especial.

Nesse sentido, precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NOTA PROMISSÓRIA. VÍCIO DE CONSENTIMENTO. DOLO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 373 DO CPC/2015. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. RECURSO NÃO

# Superior Tribunal de Justiça

PROVIDO. [...] 2. "A *Jurisprudência do STJ entende que não há como aferir eventual ofensa ao art. 333 do CPC/1973 (art. 373 do CPC/2015) sem que se verifique o conjunto probatório dos presentes autos. A pretensão de simples reexame de provas, além de escapar da função constitucional deste Tribunal, encontra óbice na Súmula 7 do STJ, cuja incidência é indubitosa no caso sob exame*" (REsp 1665411/MT, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 05/09/2017, DJe 13/09/2017). 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1199439/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 09/03/2018) [grifou-se]

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. ÔNUS DA PROVA. **ART. 333 DO CPC/73. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO.** AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. [...] IV. Na forma da jurisprudência do STJ, "não há como aferir eventual ofensa ao art. 333 do CPC/1973 (art. 373 do CPC/2015) sem que se verifique o conjunto probatório dos presentes autos. A pretensão de simples reexame de provas, além de escapar da função constitucional deste Tribunal, encontra óbice na Súmula 7 do STJ, cuja incidência é indubitosa no caso sob exame" (STJ, REsp 1.602.794/TO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2017). Em igual sentido: STJ, AgInt no REsp 1.651.346/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/06/2017. V. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1145076/MA, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/12/2017, DJe 15/12/2017) [grifou-se]

Assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir as afirmações contidas no *decisum* atacado e o revolvimento das provas juntadas aos autos, o que, forçosamente, ensejaria rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 7 do STJ.

Por fim, quanto ao recurso amparado na alínea "c" do permissivo constitucional, destaca-se que esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem. A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO INCAPAZ DE ALTERAR O JULGADO. EMBARGOS DO DEVEDOR. CONTRATO. HONORÁRIOS. REEXAME DE FATOS. SÚMULAS NºS 5 e 7/STJ. FUNDAMENTOS INATACADOS. RAZÕES DISSOCIADAS. SÚMULAS NºS 283 E 284/STF. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO. [...] 3. Consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a necessidade do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional. 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp

# *Superior Tribunal de Justiça*

851.099/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/04/2016, DJe 10/05/2016) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. [...] REEXAME DO CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INEXISTENTE. [...] 6. Consoante entendimento jurisprudencial, a incidência da Súmula n.º 7/STJ, impede o conhecimento do recurso especial por ambas as alíneas do permissivo constitucional. [...] 8. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no REsp 1550518/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/04/2016, DJe 11/04/2016) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. COMPATIBILIDADE. SITUAÇÃO ECONÔMICA DO OFENSOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO. [...] 3. A incidência da Súmula 7 do STJ é óbice também para a análise do dissídio jurisprudencial, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional. Precedentes. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 662.068/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 19/05/2015, DJe 22/06/2015) [grifou-se]

3. Do exposto, nego provimento ao agravo.  
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI  
Relator